

FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DA PROFESSORA DE MATEMÁTICA: ALGUMAS REFLEXÕES

Karly Barbosa Alvarenga¹

RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo principal apresentar elementos para uma discussão em torno da formação e desenvolvimento profissional da professora de matemática no Brasil. Para fomentar esse debate são utilizadas metáforas, cenas escritas e interpretadas aqui pelo que chamamos atores e atrizes, do Brasil, com o objetivo de transmitir, ao espectador, um conjunto de ideias e mensagens que podem servir para nortear ponderações amplas. São apresentados dados sobre a educação feminina ao longo dos anos brasileiros, a formação de professores e professoras, de maneira específica, a relação de gênero no contexto educacional e alguns pontos sobre as licenciaturas brasileiras. O leitor sempre é colocado mediante perguntas, mais do que respostas com o intuito de ser conduzido às reflexões e possíveis relações entre as situações atuais e as passadas.

Palavras-chave: Professora; Matemática; Formação; Educação; Brasil

1 INTRODUÇÃO

De certa forma muitas vezes os fenômenos essencialmente não importam, o que importam, de fato, são os significados que atribuímos a eles. Da mesma forma, podemos dizer que um texto existe se existe o exercício da leitura e da interpretação em conjunto com o significado que damos a ele.

Nesse debate trazemos cenas para reflexões em relação a atuação das mulheres na carreira docente, em especial, a professora de matemática. Isso tem influenciado na falta de valorização dessa profissão? Ser mulher, historicamente, traz impactos negativos na docência? Para os governantes essa profissão seria somente uma maneira de “dar o que

¹Universidade Federal de Goiás. E-mail: karlyba@yahoo.com.br

fazer à mulher”, “de fazer com que a natureza da maternidade traga aconchego aos pequenos”, “de desprezar a contribuição financeira feminina na manutenção dos gastos da casa”, “de assim justificar os baixos salários recebidos e discriminação da profissão”? O fato de ser professora de matemática, foi um “desvio de percurso”? Qual o real papel da mulher, além da gestação na formação dos jovens?

Segundo dados recentes, temos a informação de que 125 milhões de crianças no mundo não frequentam a escola sendo que dois terços deste número são meninas e que um em cada quatro adultos nos países em desenvolvimento não sabe ler ou escrever, sendo que dois terços deste percentual são mulheres. Isso pode ser comprovado por documentários como *Girls Rising* (2013), dirigido por Richard Robbins. Nele, as histórias de nove meninas que lutam pelo direito à Educação, são escritas por autoras que vivem no mesmo país que elas, e narradas por artistas renomadas, como Meryl Streep, Selena Gomez e Anne Hathaway. As meninas vivem em nove lugares diferentes - Camboja, Nepal, Índia, Egito, Peru, Haiti, Serra Leoa, Etiópia e Afeganistão -, onde nascer mulher torna a situação de quem vive nesses países pobres ainda mais vulnerável, pois elas são submetidas ao trabalho infantil, casamento precoce, violência sexual ou são proibidas de frequentar a escola. “Girls Rising”, o título do filme, também é o nome de um projeto mundial que leva educação para milhões de meninas no mundo.

Para encenar a peça aqui metaforizada apresentamos os atores Garnica e Souza (2012), Gatti (2010), Souza e Fonseca (2010) e Stamatto (2002), aqui referidos como atores e atrizes. Eles serão interlocutores, ajudando a dar o tom de seriedade que o tema faz necessário. Eles já trataram das entrecruzes que a profissão, de professoras de matemática, neste caso, tem historicamente, de forma direta ou indireta, tido influências da sociedade machista que ainda vivemos.

Viajemos para um contexto antes de Cristo. É possível dizer que os matemáticos gregos mais conhecidos foram Eudoxo, Euclides, Apolônio, Arquimedes e Hipácia. Mas, paremos em 546 a. C para falar de Teano. Ela era uma fina matemática, que mais tarde escreveu um tratado descrevendo o “Número de Ouro” (VASCONCELOS et al, 2012, p.3334). Porém, Teano aparentemente era escondida atrás de seu marido, 34 anos mais velho que ela, Pitágoras. Eles tiveram três filhas e dois filhos. Elas juntamente com a mãe e um irmão foram os responsáveis pela escola pitagórica e pela disseminação das ideias de seu pai, após a morte dele. (VASCONCELOS, 2012). Hipácia fez pouco se comparado a Arquimedes, porém, foi uma das únicas mulheres que teve o nome propagado. Infelizmente, a superstição e a ignorância foram responsáveis por um retrocesso quando

Cirilo, o bispo cristão, mandou matar Hipácia (em 415 d.C.).(GARNICA e SOUZA, 2012). Assim, estamos certos de que sua real importância foi ocultada pelo chauvinismo machista.

Mais de 1500 anos depois percebemos ainda uma discriminação com o fato de a mulher estudar, e ainda mais, estudar matemática, como pode ser visto no trecho adaptado de Garnica e Souza (2012):

– Como todos nós sabemos, na história da Matemática as mulheres são raras. Aproveitando a presença da professora Elza eu gostaria de saber se havia mulheres no I Colóquio Brasileiro de Matemática (1957), quantas eram...

– *Profa Elza Gomide*: Havia outras mulheres, sim. A Marília, a Eliana, a Francisca Torres (que era de Porto Alegre). Mas eram bem poucas... estamos lá, na fotografia...

Eram 4 mulheres, dentre os mais de cinquenta participantes. E hoje, para exemplificar, como está o quadro de professores/pesquisadores no Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada? Quantas mulheres fazem parte dele? Uma mulher, Carolina Araújo, é a pesquisadora entre, aproximadamente, 49 pesquisadores.

2 A MULHER NA ESCOLA

Stamatto (2002) nos indica que a primeira escola de ler e escrever, erguida em aproximadamente em 1549, pelos jesuítas, tinha como objetivo principal a formação cultural da elite branca e masculina era nítida. As mulheres logo ficaram exclusas do sistema escolar estabelecido na colônia. Podiam, quando muito, educar-se na catequese. Estavam destinadas ao lar: casamento e trabalhos domésticos, cantos e orações, controle de pais e maridos. Esta discriminação foi percebida pelos índios brasileiros (“os selvagens sem instrução”), que a achando injusta, foram solicitar ao padre a entrada também das suas filhas na escola de ler e escrever, fato que fez o jesuíta enviar uma carta à Rainha de Portugal solicitando a permissão necessária para o ensino das moças. “Alegavam que, se a presença e a assiduidade feminina era maior nos cursos de catecismo, porque também elas não podiam aprender a ler e escrever?” (STAMATTO, 2002 apud RIBEIRO, 2000, p.80). Talvez tenham sido os índios os primeiros defensores dos direitos das mulheres em nossas terras... Contudo, Dona Catarina, Rainha de Portugal, negou o pedido devido às

‘consequências nefastas’ que o acesso das mulheres indígenas à cultura da época pudesse representar:

No século XVI, na própria metrópole não havia escolas para meninas. Educava-se em casa. As portuguesas eram, na sua maioria, analfabetas. Mesmo as mulheres que viviam na Corte possuíam pouca leitura, destinada apenas ao livro de rezas. Por que então oferecer educação para mulheres ‘selvagens’, em uma colônia tão distante e que só existia para o lucro português? (STAMATTO, 2002 apud RIBEIRO, 2000, p.81).

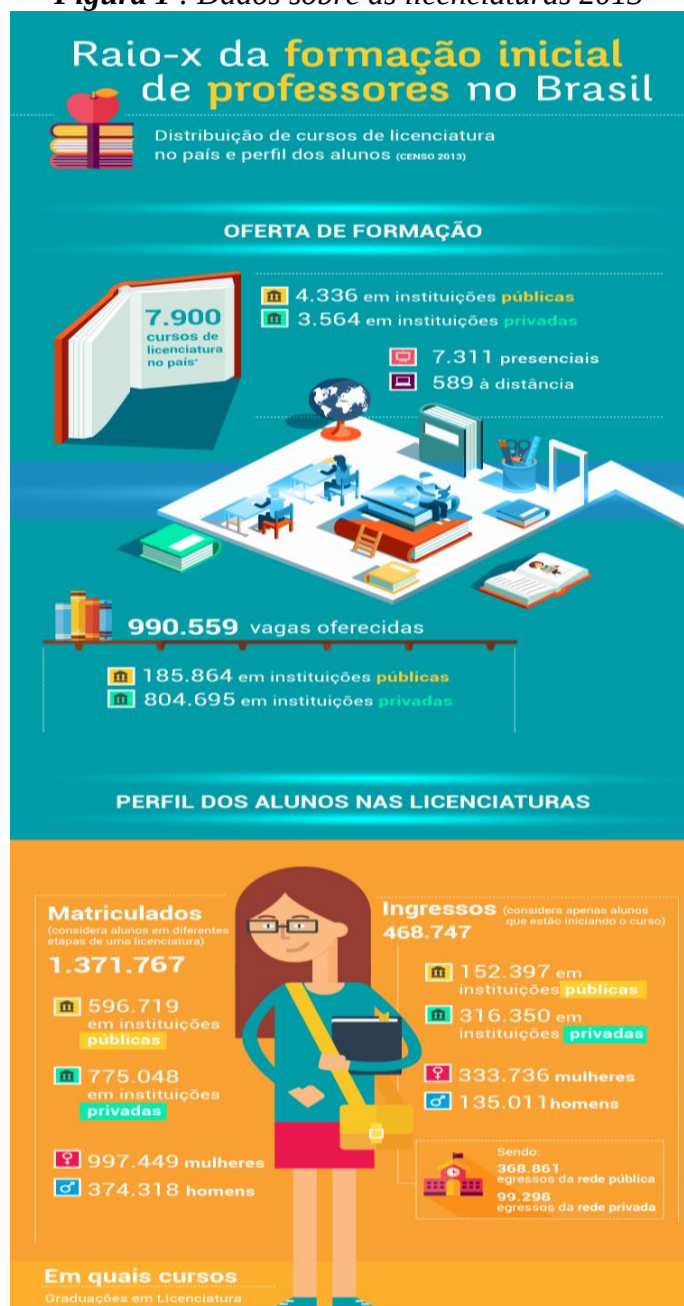
Cabe ainda ressaltar que nesse contexto, entre 1750 e 1850, a proporção de mulheres solteiras, especialmente até os quarenta anos, era mais elevada que os homens solteiros (MARCÍLIO apud ALGRANTI, 2000) e a preocupação com a “honra”, que na concepção da época dependia da castidade feminina, fazia com que seus pais ou parentes próximos, “guardadores de sua honra” as escondessem nos conventos e em casas de recolhimento feminino.

Na década de 50 as professoras de matemática eram escassas, mas hoje a situação é outra. Mas, como elas são valorizadas, principalmente em termos salariais? Souza e Fonseca (2010) elegeram quatro enunciados, normalmente veiculados entre diversas práticas sociais, para abrir um debate relacionado aos que defendem de que a matemática é própria ao masculino, que a natureza masculina favorece ser bom em matemática, que a razão é intrínseca aos homens e a falta dela está vinculada ao feminino: “Homem é melhor em matemática (que mulher)”; “Mulher cuida melhor, ...mas precisa ser cuidada”; “O que é escrito vale mais”; “Mulher também tem direitos”. Em seu livro elas abrem um debate em torno das relações de gênero e matemática que tem produzido desigualdades até hoje em dia. “Enfim, a ‘razão’ (à qual “a Matemática” estaria ligada) é proclamada em prosa e verso como masculina; e a desrazão (que se desvincula e se afasta da “Matemática” é caracterizada como feminina)” (SOUZA; FONSECA, 2010, p.14).

Existe uma explicação para as mulheres terem iniciado na docência e serem hoje a maior parte dos(as) licenciandos(as) 75,4% (entra na contabilização os cursos de pedagogia, letras, biologia e matemática) são mulheres, conforme nos indica a atriz Gatti (2010). Ela nos diz que este não é fenômeno recente, pois desde a criação das primeiras Escolas Normais, no final do século XIX, as mulheres começaram a ser recrutadas para o magistério das primeiras letras. A própria escolarização de nível médio da mulher se deu pela expansão dos cursos de formação para o magistério, permeados pela representação do ofício docente como prorrogação das atividades maternas e pela naturalização da escolha feminina pela educação.

Respaldados pelos dados do Instituto Porvir (Fig.1), observamos que em 2013 o número de matriculadas nas licenciaturas era aproximadamente três vezes mais que o de matriculados e a mesma proporção é apresentada entre os(as) iniciantes nesses cursos.

Figura 1 : Dados sobre as licenciaturas 2013



Fonte: <http://porvir.org/desafios-caminhos-para-formacao-de-professores-brasil/>

O ator e a atriz Garnica e Souza (2012) respaldam os dados no que se refere a historicidade da profissão de professora. Se para alguns a escola era entendida como extensão do lar, então a docência era como que expansão da maternidade, ocasionando a procura maciça da profissão pelas mulheres. O número de mulheres exercendo os cargos

de professoras foi aumentando progressivamente, mas os cargos de direção, de 1920 a 1959, foram somente ocupados por homens. Ainda que a situação esteja sendo alterada paulatinamente, à feminização de uma profissão, via de regra, acompanha sua desvalorização, permitindo o surgimento de uma burocracia sexista: nas escolas primárias, enquanto os homens vão se desvinculando do magistério para assumir cargos de direção e supervisão – com maiores salários e *status* diferenciado –, resta a sala de aula às mulheres (que começam a ocupar os cargos de gerenciamento quando direção e docência iniciam uma aproximação em termos financeiros e de posição social).

Em outros países aconteceu (e acontece?) o mesmo: Inglaterra, Estados Unidos, Portugal, França, Canadá. Nos Estados Unidos, por exemplo, os homens deixam as salas de aula dos níveis inicial e médio e abrigam-se nos cargos de gerência. Com a desvalorização também desses postos, ocorre outra debandada – agora em direção às escolas superiores de Educação das quais, em seguida, abandonando as salas de aula, tornam-se administradores (GARNICA; SOUZA, 2012; STAMATTO, 2002). Era o máximo que as mulheres conseguiam em termos de *status* trabalhista: magistério.

A relação entre a organização do processo escolar pelo Estado, em detrimento da Igreja, derrubou muitos obstáculos à escolarização das meninas, mas ao mesmo tempo, enquadrou a força trabalho docente, especialmente a feminina, em parâmetros restritos, ainda controlados por homens. No entanto, percebemos que a discussão em relação de gênero, deve também, ser aliada às questões étnicas e sociais.

Interessante observar que, hoje, as mulheres que optam por magistério, em geral, são provenientes de classes mais humildes como a baixa e a média, conforme nos indica Gatti (2010): entre os estudantes dos cursos de nível superior para a docência, 50,4% situam-se nas faixas de renda familiar média, cujo intervalo é de três a dez salários mínimos. Ligeiras variações favorecem os estudantes das demais licenciaturas, em relação aos alunos de Pedagogia nas diferentes faixas salariais superiores. Observa-se, entretanto, uma clara inflexão em direção à faixa de renda mais baixa. É muito expressivo o percentual de alunos com renda familiar de até três salários mínimos (39,2%) e escassa a nas faixas de renda acima de dez salários mínimos.

Ainda de acordo com os dados de Gatti (2010), alguns escolhem a docência como uma espécie de “seguro desemprego”, ou seja, como uma alternativa no caso de não haver possibilidade de exercício de outra atividade, é relativamente alta (21%), sobretudo entre os(as) licenciandos(as) de outras áreas que não a Pedagogia. Os(as) estudantes de licenciatura provêm, em sua maioria, da escola pública. São 68,4% os(as)

que cursaram todo o ensino médio no setor público e 14,2% o fizeram parcialmente, público e privado. Para Tardif e Lessard (2005), o magistério não pode ser colocado como uma ocupação secundária. Ele constitui um setor nevrálgico nas sociedades contemporâneas, uma das chaves para entender as suas transformações.

As atrizes Fonseca e Souza (2012) apontam que a naturalização da maternidade e do cuidado como “destino natural da mulher” produz, assim, o ocultamento de relações de poder que sobrecarregam a mulher com a tripla jornada (trabalho, casa e mulher, no âmbito sexual da palavra) e implicam uma subordinação feminina nas relações afetivas e no espaço doméstico, ainda que ela se permita considerar-se o “chefe da família”.

O jornal Folha de São Paulo, publicou em dezembro de 2015, que dados de 2014 revelam que as mulheres que trabalham e assumem todas as tarefas domésticas estavam em torno de 38,5 milhões, contra 28,6 milhões de homens que assumem alguma atividade em casa, isto é, elas trabalham muito mais! Eles “têm ajudado” mais nos últimos anos!

De acordo com Stamatto (2002) a nossa primeira legislação exclusiva sobre o ensino primário, após a independência, foi a lei de 15 de outubro de 1827, a Lei Geral, que padronizou as escolas de primeiras letras no país, envolvendo explicitamente uma discriminação da mulher. Era claro que elas não podiam aprender todas as matérias ensinadas aos meninos, principalmente as consideradas mais racionais como a geometria, e em compensação deveriam aprender as ‘artes do lar’, as prendas domésticas. O pagamento dos docentes, foi previsto na lei igualdade para os mestres e as mestras, contudo, a própria legislação posterior abriu brechas para que, na prática, as professoras ganhassem menos que os homens. O artigo 6 do decreto de 27 de agosto de 1831 determinava que os salários previstos em lei somente fossem recebidos por aqueles professores habilitados nas matérias de ensino indicadas na Lei Geral, por concurso. Os governos provinciais tinham a autorização de contratar candidatos não aprovados caso não houvesse nenhum aprovado, à condição de pagá-los com salários menores (Isso lembra alguma coisa, para nós?). Ora, não havendo escolas de formação para as meninas e não sendo ministradas todas as matérias nas escolas de primeiras letras femininas, podemos entrever que as moças eram possivelmente as candidatas contratadas ganhando menos.

Para essa atriz, a Lei Geral também solicitava que as mulheres fossem de “reconhecida honestidade” e os homens “sem nota de regularidade na sua conduta”. Com a descentralização do ensino levada a termo pela lei n.16 de 12 de agosto de 1834, a lei

de 1827, serviria como modelo para as primeiras legislações provinciais a respeito do ensino primário.

Essa atriz ainda indica que no início do séc. XX a exigência do celibato para que as mulheres pudessem exercer a função de professoras do ensino público estava proposta no Estatuto da Instrução Pública nos seus artigos de 22 a 25. Segundo aquela proposta, as professoras tinham que ser solteiras ou viúvas e caso viessem a contrair matrimônio perderiam imediatamente o cargo para o qual tinham sido nomeadas.

Ressaltamos então que no Brasil seguiu-se a tendência do mundo ocidental, no século XIX, da mulher entrar na escola como aluna e professora, tornando-se o magistério uma profissão feminina. Do ponto de vista conceitual, a mentalidade gerada pela sociedade do século XIX, concebeu o ensino adaptado à natureza feminina e constituído como uma preparação ideal de seu futuro papel de mãe de família (STAMATTO, 1998).

No Brasil, a “feminização” da profissão ocorre no momento em que o estado conseguiu tomar a si a organização e o controle do ensino, através de uma legislação, a princípio provincial, posteriormente estadual, e através da organização da rede escolar pública em estabelecimentos próprios no modelo chamado Grupos Escolares. Entretanto, neste processo a mulher fica fora dos postos de comando, nenhuma é nomeada supervisora, diretora (casos raros) ou para cargos equivalentes ao de secretário de educação: comando masculino, trabalho feminino.

Será que existe ou não uma relação desses contextos históricos com a atual desvalorização da carreira docente, principalmente, na Educação Básica?

3 AS “SEM RAZÃO”

Para as atrizes Fonseca e Souza (2012) a intenção do pensamento cartesiano era o de integrar todos os conhecimentos humanos a partir de alicerces seguros construindo um edifício totalmente iluminado pela verdade e, por isso mesmo, todo construído de certezas racionais. Esse pensamento se constitui em um dos pilares da modernidade (na produção do “sujeito da razão”) e na formação das maneiras de organização e valoração do conhecimento matemático na sociedade moderna: a matemática da razão. Ainda para elas essa racionalidade estabelece as maneiras válidas de se fazer matemática, que, em sua intenção e método, geram uma produção discursiva repleta pela valorização da exatidão, da certeza, da perfeição, do rigor, da previsibilidade, da universalidade, da

indubitabilidade, da objetividade, do encadeamento de razões, da linearidade, do que faz sentido, do lógico etc. Essas características refletem também na matemática escolar.

Essas atrizes ainda relacionam essa racionalidade matemática com o mito da masculinidade que promove a exclusão das mulheres, a partir de um discurso no qual o poder e o controle estão inscritos. Sendo então a feminilidade vista como o contrário da racionalidade masculina. O poder da racionalidade e o pensamento matemático se enlaçam na definição cultural da masculinidade, que é, em nossa sociedade, usualmente aceita como detentora da razão.

Para tais atrizes, a mulher é colocada fora do que é considerado um modelo de racionalidade, porque é dada ao descontrole no gesto e na fala. Isso acarreta uma elaboração social do homem como racional e da mulher irracional, a “inferioridade” e a “incapacidade” feminina são dadas como fato: “minha mulher não para de falar”, “nem presto atenção no que elas falam”, “tem de explicar muitas vezes para elas e bem devagar”, “se for loira então....”.

4 AS LICENCIATURAS

Como já apontamos as licenciaturas ainda são escolhidas como um caminho para a profissionalização, principalmente, pelas mulheres. Assim, resolvemos trazer um contexto desses cursos e nos ajuda nessa apresentação a atriz Gatti (2012). Pela análise das grades curriculares e ementas é possível apresentar sinteticamente alguns aspectos que se destacam:

- Há grande dissonância entre os projetos pedagógicos obtidos e a estrutura do conjunto de disciplinas e suas ementas, nas três licenciaturas, parecendo que aqueles são documentos que não repercutem na realização dos cursos.

- Os cursos de licenciatura em Matemática se diferenciam por apresentarem um maior equilíbrio entre as disciplinas relativas aos “Conhecimentos específicos da área” e aos “Conhecimentos específicos para a docência”, embora as instituições públicas mantenham, em sua maioria, carga horária bem maior para as disciplinas relativas a conhecimentos específicos, espelhando mais a ideia de um bacharelado do que licenciatura.

- Raras instituições especificam em que consistem os estágios e sob que forma de orientação são realizados, se há convênio com escolas das redes, entre outros aspectos.

- Na maior parte dos ementários analisados não foi observada uma articulação entre as disciplinas de formação específicas (conteúdos da área disciplinar) e a formação pedagógica (conteúdos para a docência).

- Saberes relacionados a tecnologias no ensino estão praticamente ausentes.

- É reduzido o número de disciplinas teóricas da área de Educação (Didática, Psicologia da Educação ou do Desenvolvimento, Filosofia da Educação etc.) e que mesmo as disciplinas aplicadas têm espaço pequeno nas matrizes, sendo que estas, na verdade, são mais teóricas que práticas, onde deveria haver equilíbrio entre estes dois eixos. Com as características ora apontadas, com vasto rol de disciplinas e com a ausência de um eixo formativo claro para a docência, presumimos pulverização na formação dos licenciados, o que indica frágil preparação para o exercício do magistério na educação básica.

No que concerne à formação de professores e professoras, é necessário uma verdadeira revolução nas estruturas institucionais formativas e nos currículos da formação. As emendas já são muitas. A fragmentação formativa é clara. É preciso integrar essa formação em currículos articulados e voltados a esse objetivo precípua. A formação de professores não pode ser pensada a partir das ciências e seus diversos campos disciplinares, como adendo destas áreas, mas a partir da função social própria à escolarização – ensinar às novas gerações o conhecimento acumulado e consolidar valores e práticas coerentes com nossa vida civil.

As instituições formadoras devem transformar a sua forma de ensinar. “Há uma pedagogia dentro da universidade que precisa ser refeita e aberta. Há formadores fechados, achando que ainda cabe ensinar dentro do modelo que aprenderam”, destaca a pesquisadora Valeska Maria Fortes de Oliveira, da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPEd), ao mencionar que, para criar referências para o futuro professor, é importante usar a homologia dos processos, ou seja, aplicar na sua formação as mesmas práticas pedagógicas que deverão utilizar com seus alunos.

Em 2013 a nossa região, Centro-Oeste, indicou o menor número de concluintes nas licenciaturas (fig. 2) e essa taxa tende a diminuir se pensarmos na falta de incentivo à profissão, principalmente nos últimos meses, pelas medidas governamentais. A reforma da previdência vem ainda mais, em um ato de discriminação velada tirar os poucos direitos que nós mulheres adquirimos: aposentar um pouco mais cedo. Demoramos mais de 500 anos, no Brasil, para conseguirmos alguns direitos e, da noite para o dia, tentam nos tirar!

Figura 2: Dados sobre as licenciaturas- 2013

Fonte: <http://porvir.org/desafios-caminhos-para-formacao-de-professores-brasil/>

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal dessa peça teatral é apresentar dados históricos, sociais, econômicos, culturais e familiares para refletirmos sobre a professora de matemática. Observamos que, de certa forma, nós mulheres, não conquistamos mais espaço na sociedade, não conquistamos voz, não conquistamos respeito, nem consideração, conquistamos sim, mais responsabilidades, mais atribuições, mais compromissos, inclusive de continuar lutando por um mundo menos desigual. O tema deve ir mais além do que o aqui apresentado. Ainda existem mulheres que, de fato, acreditam que trair é uma coisa inata do homem e então, é melhor aceitar, que eles são descuidados com os filhos (foram ensinados a cuidar?), que nós precisamos realmente de sermos cuidadas (quem não precisa?), que mulher não precisa ter prazer sexual e nem pode (150 milhões de mulheres ao redor do mundo sofrem ou já sofreram com a prática de mutilação genital). Queremos igualdade sexual? Não!!! Queremos igualdade de respeito. Se assim for não

estaremos mais expostas às violências, aos baixos salários, a pouca escolarização profissional, às palavras chulas pelas quais nos rotulam: puta, meretriz, galinha, etc. Se um homem for apelidado de galinha, ele se sentirá elogiado, ficará todo envaidecido! Se for chamado de burro, é briga na certa. E as mulheres? Quem não se lembra do “cala boca Magda!”. Se alguém disser: “Há! Algumas características são inatas”. Apesar de não comungarmos com essa afirmação destacamos que, ainda assim, a história da humanidade tem mostrado que mesmo essas características mudam, transmutam, formam outras, então porque os nossos dons maternos e paternos não podem ser melhorados, nossos dons sexuais “inatos” não podem ser refinados em prol do próprio benefício da reprodução, isto é, das futuras gerações?

No meio de todas essas circunstâncias devemos atentar às nossas meninas e meninos porque são eles que construirão o futuro dessa nação, não somente como docentes, mas, principalmente, como pais e mães. A escola não tem a obrigação de criar, mas de auxiliar a educar sim, pois juntamente com os pais e mães podem ensinar e dar exemplos de respeito e consideração, não só para com a mulher, mas para com o próximo.

Se muitas de nós mulheres, nos conformamos com a nossa situação é porque fomos educadas para nos calar, nos conformar. Mas, estejamos atentas às nossas capacidades de mudanças. Lutemos por melhores salários, estudemos mais, nos qualifiquemos mais, isso não nos afasta das responsabilidades da maternidade e nem da condição sexual de ser mulher.

As respostas para as perguntas apresentadas no segundo parágrafo são, SIM!, exceto para a última. Para justificar basta ver que a inserção da mulher na docência foi um arranjo esperto dos homens que governavam e isso ainda repercute, pior é que neles mesmos, pois hoje eles não estão mais somente na administração, mas também na docência, então podemos dizer que “o tiro saiu pela culatra”.

Cabe ainda trazermos às reflexões dados apontados por Cruz e Bayer (2015) os quais indicam, de acordo com uma pesquisa realizada com egressos dos cursos de Licenciatura em Matemática na Universidade Estadual do Maranhão, que boa parte dos participantes não atuam como docentes e que isso tem se tornado comum na região, mesmo com a falta de professores e professoras no mercado de trabalho. Eles ainda chamam a atenção que ano após ano, o percentual dos egressos que buscaram outras profissões foi sempre superior a 60%, com exceção do ano 2012, em que somente 40% não assumiu docência.

A desvalorização salarial da profissão de professor (a) pode ter sido influenciada por historicamente, para os governantes, no que se refere à mulher ministrar aulas era uma extensão da maternidade e, portanto, quase que uma obrigação. Além disso, ela tinha o homem para sustentar a casa, então esse tipo de trabalho poderia ser remunerado apenas como um agrado. É evidente que ser mulher, historicamente, trouxe impactos negativos, financeiramente, na docência. O fato de se tornar professora, inclusive, de matemática, anos atrás poderia ser considerado um privilégio de poucas. Mas, o papel dessas mulheres vai muito além de ser mãe e dona de casa. Com certeza, os desafios são muitos, são várias variáveis envolvidas na análise sobre o desenvolvimento profissional da professora de matemática e, tal assunto, deve ser analisado detalhadamente, pois suscita investigações amplas e profundas, com o intuito de entendermos a enorme desvalorização dessa profissão.

Não seria a falta de atrativo financeira a causa dessa desmotivação? Será que as mulheres, de fato, merecem aposentar na mesma idade que o homem? Vamos aceitar mais essa imposição da sociedade em relação ao sexo dito “frágil”?

6 Referências

CRUZ L. O.; BAYER A. Desafio a Ser Vencido: o desencanto dos egressos com a profissão e a escassez de Professores de Matemática. In: VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA. **Anais do 2015**

GATTI B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educ. Soc., Campinas**, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez, 2010.

GARNICA, A. V. M.; SOUZA, L. A. **Elementos de História da Educação Matemática**. São Paulo : Cultura Acadêmica, 2012.

SOUZA, M. C. R. F.; FONSECA, M. C. F. R. **Relações de Gênero, Educação matemática e discurso- enunciados sobre mulheres, homens e matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

STAMATTO M. I. S. Um Olhar Na História: A Mulher Na Escola (BRASIL: 1549 – 1910). In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. **Anais...** 2002.

VASCONCELOS, J. M.; LEITE B. P. B.; MACEDO L. M. S. Atuação das Mulheres no Universo da Matemática: O Caso da Universidade Regional do Cariri – Urca. In: IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL. **Anais...** 2012.

<http://www.folhape.com.br/diversao/diversao/diversao/2017/03/08/NWS,20197,71,552,DIVERSAO,2330-DIA-INTERNACIONAL-MULHER-FILMES-COM-PERSONAGENS-MARCANTES.aspx>